



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



SANTO ÂNGELO
Governo de Inovação

LEI Nº 4.411 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

Acrescenta o §3º ao art. 71 da Lei nº. 1.256/90 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Acrescenta o §3º ao art. 71 da Lei nº. 1.256/90 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

(...)

§3º - Excepcionalmente, no período entre 01 de abril de 2021 até 31 de dezembro de 2021, mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, até o limite de 40% (quarenta por cento) da remuneração, dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados exclusivamente para:

I – amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II – utilização com finalidade de saque por meio de cartão de crédito.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSE ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 07 de junho de 2021.

HÉLIO COSTA DE OLIVEIRA
Secretário de Governo e Relações Institucionais

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
LEI Nº 4.411, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

Acrescenta o §3º ao art. 71 da Lei nº. 1.256/90
que dispõe sobre o Regime Jurídico dos
Servidores Públicos do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, no
uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores
aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Acrescenta o §3º ao art. 71 da Lei nº. 1.256/90 que
dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do
Município, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 71.** Salvo por imposição legal, ou mandado judicial,
nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

(...)

§3º - Excepcionalmente, no período entre 01 de abril de 2021
até 31 de dezembro de 2021, mediante autorização do servidor,
poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de
terceiros, a critério da administração e com reposição de
custos, até o limite de 40% (quarenta por cento) da
remuneração, dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados
exclusivamente para:

I – amortização de despesas contraídas por meio de cartão de
crédito; ou

II – utilização com finalidade de saque por meio de cartão de
crédito.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSE ALCEBÍADES DE
OLIVEIRA, em 07 de junho de 2021.

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

HÉLIO COSTA DE OLIVEIRA
Secretário de Governo e Relações Institucionais

Publicado por:
Saieli do Nascimento Jacques
Código Identificador:2F330CEC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado
do Rio Grande do Sul no dia 10/06/2021. Edição 3081
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>